

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024**  
**(90019/2024 Compras.gov.br)**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS (UASG: 988841)**

**OBJETO**  
**GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**  
**R\$ 565.160,62**

**DATA E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA**  
**Dia 09/05/2024 às 8h30min (horário de Brasília), no endereço eletrônico**  
**<https://www.gov.br/compras/pt-br>**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
Menor Preço por Item

**MODO DE DISPUTA:** Aberto

**EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO 19/2024**

**(90019/2024 Compras.gov.br)**

**PROCESSO Nº 145/2024**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, sediada na Rua Venâncio Aires, Nº 2277, Bairro Centro, Cep 97010-005, 2º andar do Centro Administrativo Municipal, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Executivo nº 124, de 1º de dezembro de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO LICITADO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é **Registro de Preços de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**, para atender as necessidades da Administração Pública Municipal conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**1.2.** A forma como a licitação está dividida pode ser verificada no Anexo II deste Edital.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**2.1.1.** A presente licitação, em observância ao disposto no art. 6º, do Decreto nº 8.538/2015, destina-se **EXCLUSIVAMENTE** à participação de MICROEMPRESA – ME e EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP, qualificadas como tais nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006.

**2.2. Não é permitida a subcontratação do objeto.**

**2.3.** A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem 2.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.4.2.** A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**2.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e, quando for o caso, as equiparadas, nos limites previstos na Lei Complementar n.º 123/2006 e para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**2.6.** Não poderão disputar esta licitação:

a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) agente público do órgão ou entidade licitante;

i) pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

**2.6.1.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**2.6.2.** O impedimento de que trata a alínea “d” será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.6.3.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem nas alíneas “b” e “c” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.6.4.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.6.5.** O disposto nas alíneas “b” e “c” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.6.6.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**2.6.7.** A vedação de que trata a alínea “h” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2.** As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

**3.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, as licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos subitens 6.1.1 e 6.11.1 deste Edital.

**3.4.** 3.4. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.5.** A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**3.6.** A licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**3.6.1.** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens;

**3.6.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, ou, quando for o caso, para as equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte, equiparada ou sociedade cooperativa.

**3.7.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Termo de Referência.

**3.8.** As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta das licitantes convocadas para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pela licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 3.11 possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.14.** Caberá à licitante interessada em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.15.** A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DA ABERTURA DA SESSÃO, CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E DESEMPATE DAS PROPOSTAS**

**4.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**4.2.** Da abertura da sessão pública até o encerramento da fase de lances, em respeito ao Princípio do Sigilo das Propostas, o pregoeiro e as licitantes somente terão acesso aos dados informados nos campos de valor unitário/total e a descrição detalhada do objeto ofertado, não sendo possível identificar a razão social e as informações inseridas nos demais campos.

**4.3.** As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.3.1.** Será desclassificada a proposta preenchida em “campo próprio do sistema” que identifique o licitante antes da “fase final dos lances”.

**4.3.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**4.3.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**4.4.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**4.5.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

**4.6.** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**4.7.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

**4.8.** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital, contendo cada lance no máximo 02 (duas) casas decimais, relativas à parte dos centavos, sob pena de exclusão do lance

**4.9.** A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

**4.10.** O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (zero vírgula um por cento).

**4.11.** A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**4.12.** Para o envio de lances as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**4.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**4.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**4.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**4.12.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**4.12.5.** Após o reinício previsto no subitem acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

**4.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**4.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**4.15.** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

**4.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

**4.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro às participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**4.18.** Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**4.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

**4.19.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na referida Lei;

c) desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**4.19.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) empresas brasileiras;

c) por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**4.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta da primeira colocada permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**4.20.1.** A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**4.20.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

**4.20.3.** O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**4.20.4.** O pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificada que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Termo de Referência e já apresentados.

**4.20.4.1.** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante e aceita pelo Pregoeiro. Ainda, pode o Pregoeiro, de ofício prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, quando constatar que o mesmo não é suficiente para envio do documento.

**4.21.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **5. DA FASE DE JULGAMENTO**

**5.1.** Encerrada a etapa de envio de lances, o pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

b) Sistema Integrado de Registro do CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e do CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Portal da Transparência);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIA, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

**5.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429, de 02 de junho de 1992.

**5.2.1.** Para as licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b” a “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**5.3.** Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

**5.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**5.3.2.** A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**5.3.3.** Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada desclassificada, por falta de condição de participação.

**5.4.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**5.5.** Caso a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às beneficiárias da Lei Complementar n.º 123/2006, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 2.4.1 e 3.6 deste edital.

**5.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 do Decreto Municipal nº 22.387, de 16 de janeiro de 2023.

**5.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) após a fase de negociação, apresentar preço unitário e/ou global final superior ao preço máximo fixado pelo Município (ANEXO II deste Edital). (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário).;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**5.8.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**5.9.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **6. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, cuja proposta tiver sido aceita, deverá anexar a documentação de habilitação, através do sistema eletrônico, no prazo mínimo de 2h (duas horas), conforme art. 29, § 2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022), prorrogável a critério do(a) pregoeiro(a), sob pena de inabilitação.

### **6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado, ainda, de documentos de eleição de seus administradores; ou

- b) registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**6.1.1.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**6.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;  
prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (conforme Lei nº 12.440/2011);
- d) prova de regularidade quanto aos tributos federais, abrangendo inclusive os relativos à seguridade social, e à dívida ativa da União, emitida pela Receita Federal (conforme Portaria Conjunta PGFN/ RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014);
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**6.2.1.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**6.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- 6.4.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 6.5.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 6.5.1.** Na hipótese de a licitante vencedora ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 6.6.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 6.7.** Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados de forma legível e, se for o caso, conforme exigido no Termo de Referência.
- 6.8.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021.

**6.9.** Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e a declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal n.º 14.133/2021).

**6.10.** Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**6.11.** A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**6.12.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**6.12.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**6.13.** É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**6.13.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar inabilitação.

**6.14.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**6.14.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, (conforme art. 29, § 2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**6.14.1.1.** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante e aceita pelo Pregoeiro. Ainda, pode o Pregoeiro, de ofício prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, quando constatar que o mesmo não é suficiente para envio do documento.

**6.14.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, as licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 do Decreto Municipal nº 22.387, de 16 de janeiro de 2023.

**6.15.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação à licitante vencedora.

**6.15.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas da licitante mais bem classificada.

**6.15.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todas as licitantes.

**6.16.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 64, e Decreto Municipal nº 22.387, de 16 de janeiro de 2023):

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**6.17.** Na análise dos documentos de habilitação, o agente ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**6.18.** Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 6.14.1.

**6.19.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**6.20.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida do vencedor, e não como condição para participação na licitação.

**6.21.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **7. DOS RECURSOS**

**7.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**7.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**7.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

d) na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**7.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**7.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**7.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**7.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelas demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**7.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**7.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**7.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada por meio do PROA-Cidadão.

## **8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**8.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

**8.2.** A impugnação poderá ser enviada por meio eletrônico (e-mail) [pregao@santamaria.rs.gov.br](mailto:pregao@santamaria.rs.gov.br).

**8.3.** Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no seguinte correio eletrônico (e-mail) [pregao@santamaria.rs.gov.br](mailto:pregao@santamaria.rs.gov.br).

**8.4.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**8.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**8.5.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**8.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas.

## **9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) A contratada ficará sujeita ao pagamento de multa, não podendo ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no Art. 155 da Lei 14.133/2021;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos previstos nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput, do art 155;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos previstos nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art 155 da Lei 14.133/2021;

**9.3.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))

**9.4.** Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).

**9.5.** Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação ([art. 157](#))

**9.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).

**9.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**9.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**9.9.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):

**9.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

**9.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))

**9.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis).

**9.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**9.14.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**10.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

**10.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**10.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**10.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**10.6.** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**10.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**10.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**10.9.** Em caso de divergência entre as especificações e quantidades do objeto contidas no Sistema SIASG e as deste Edital e seus Anexos, prevalecerão as constantes nesse último.

**10.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico [http:// https://www.santamaria.rs.gov.br/licitacoes](http://https://www.santamaria.rs.gov.br/licitacoes).

Santa Maria, 25 de abril de 2024.

**Marieli Machado Tarragó**  
Pregoeira

ANEXO I

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024

(90019/2024 Compras.gov.br)

PROCESSO Nº 145/2024

**VALIDADE: (será contada a partir da data da geração do registro de preço)**

A Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, sediada na Rua Venâncio Aires, Nº 2277, Bairro Centro, Cep 97010-005, 2º andar do Centro Administrativo Municipal, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 88.488.366/0001-00, neste ato representado(a) pelo(a) Pregoeiro(a), nomeado(a) pela Portaria nº 06 de 24 de janeiro de 2024, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 19/2024 (90019/2024 Compras.gov.br), publicada no Mural Oficial do Município de Santa Maria em \_\_/145/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços** para a eventual contratação de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**, especificado(s) no(s) Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Unid	Qtidade	Descrição/Empresa	Marca	Valor
1			Descrição		
			Empresa "A"		

§1.º As empresas acima classificadas ficam qualificadas da seguinte forma:

**EMPRESA "A"**, CNPJ nº, com sede na (endereço completo), telefone, e-mail;

§2.º As quantidades estimativas serão adquiridas apenas pelo Órgão Gerenciador.

§3.º Não há órgãos ou entidades participantes.

**§4.º Após assinar a Ata de Registro de Preços, o licitante deverá manter sua condição de habilitação e propostas durante o período de vigência da mesma.**

**CLAUSULA TERCEIRA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

§1.º Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

§2.º A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

I - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

§3.º Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§4.º O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

§5.º As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

§6.º O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

#### **CLAUSULA QUARTA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

§1.º A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

§2.º A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

I - O instrumento contratual de que trata o parágrafo anterior deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

§3.º Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

§4.º Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

I - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;

II - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

III - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

§5.º O registro a que se refere o inciso II tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

§6.º Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

§7.º A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o parágrafo quarto, inciso II, alínea “b”, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; e

II - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na cláusula sétima.

§8.º O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

§9.º Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

I - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

§10.º A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no site do Município.

§11.º Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, e observado o disposto no parágrafo sétimo, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

§12.º Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o parágrafo quarto, inciso II, alínea “a”, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

I - Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II - Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

§13.º A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **CLAUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

§1.º Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - Na hipótese de previsão no Edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

a) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

b) No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

#### **CLAUSULA SEXTA – DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

§1.º Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

II - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

III - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

IV - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

§2.º Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

I - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

II - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

III - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

IV - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

V - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

VI - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLAUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

§1.º O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

I - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

II - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - Não aceitar manter seu preço registrado, ou

IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

a) Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

§2.º O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no parágrafo primeiro será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

§3.º Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

§4.º O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - Por razão de interesse público;

II - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E GARANTIA**

A entrega do material deverá ser realizada em **até 10 (dez) dias úteis** do recebimento da Nota de Empenho, no setor de Almoxarifado Central, localizado na BR 158, Nº 545-b, bairro Boi Morto, Santa Maria -RS. O horário para recebimento é das 8h às 12h de segunda-feira a sexta-feira.

§1.º A entrega e o recebimento dos produtos em local diverso do especificado acima são expressamente proibidos.

§2.º Os materiais deverão ser descarregados e armazenados em local a ser indicado pela Secretaria de Município, sem qualquer ônus para o Município.

§3.º Correrá por conta da Contratada qualquer prejuízo causado em decorrência do transporte e descarregamento.

§4.º As despesas decorrentes de frete, seguro e demais encargos e tributos competem, exclusivamente, à Contratada.

§5.º Os materiais deverão ser entregues em perfeito estado. Sendo constatada qualquer irregularidade, o fornecedor deverá entregar nova remessa dentro das condições ideais, cujo prazo será determinado no ato pelo responsável do recebimento e imediatamente comunicado à Secretaria de Município para que seja(m) adotada(s) a(s) sanção(ões) cabível(eis).

§6.º A não substituição do material em desacordo dentro do prazo estipulado, será considerado como não entregue, estando sujeita à multa conforme prevê a cláusula décima primeira deste contrato.

§7.º A critério exclusivo da Prefeitura Municipal de Santa Maria poderão ser realizados testes para verificação da conformidade dos materiais com as especificações constantes do Edital e da proposta da Contratada.

§7.º Caso sejam consideradas insatisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, os materiais serão rejeitados, devendo ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quando se realizarão novamente as verificações constantes do Parágrafo Sétimo.

§9.º Caso os materiais não sejam substituídos no prazo estabelecido no subitem anterior, ou caso os novos materiais também sejam rejeitados, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções legais previstas.

§10.º Os custos para que sejam substituídos os materiais rejeitados correrão exclusivamente às expensas da Contratada;

§11.º O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, dentro do prazo de garantia.

§12.º O recebimento não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

§13.º O Prazo de Garantia será de no mínimo 03 (três) meses para defeitos de fabricação e montagem ocorridos no uso normal do produto.

## CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em:

- 15 (quinze) dias consecutivos do recebimento da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato. Para tanto a referida fatura deverá estar devidamente visada pelo responsável da Secretaria requisitante e entregue em até 05 dias para a Secretaria de Município de Finanças. (PARA RECURSOS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO e RECURSO FEDERAL).

- 30 (trinta) dias consecutivos do recebimento da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato. Para tanto a referida fatura deverá estar devidamente visada pelo responsável da Secretaria requisitante e entregue em até 10 dias para a Secretaria de Município de Finanças. (PARA RECURSO LIVRE).

§1.º O pagamento dos serviços executados pela Contratada e aceitos definitivamente pela Contratante será efetuado a contar da Execução do serviço, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

a) Deverá constar obrigatoriamente nas notas fiscais/faturas o número do empenho.

§4.º O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

a) Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.

§5.º Para execução do pagamento de que trata este subitem, a Contratada deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Município de Santa Maria, CNPJ n.º 88.488.366/0001-00.

§6.º O pagamento somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual.

§7.º Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

§8.º O Município reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato do atesto, o objeto licitado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita no Termo de Referência.

§9.º Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada, ao valor devido serão acrescentados juros calculados *pro rata die*, de acordo com a variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

## CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

§1.º O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

I - As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

§2.º O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no parágrafo primeiro da cláusula sétima, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

#### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

§1.º As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

Firmam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Pregoeira

\_\_\_\_\_  
Empresa(s)

ANEXO II  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024  
(90019/2024 Compras.gov.br)

QUANTITATIVO E VALORES MÁXIMOS ACEITÁVEIS

Item	DESCRIÇÃO	Quant.	Valor unitário	Preço médio orçado
1	AÇUCAR REFINADO, EMBALAGEM COM 1 KG CATMAT 463999 (SIMILAR)	265	4,7700	1.264,05
2	AMIDO DE MILHO, EMBALAGEM COM 01 KG CATMAT 459077 (SIMILAR)	240	5,9300	1.423,20
3	ARROZ BRANCO, SUBGRUPO POLIDO, TIPO 1, CLASSE LONGO FINO, PACOTE DE 2 KG CATMAT 472895 (SIMILAR)	500	7,2500	3.625,00
4	BISCOITO DOCE, TIPO ROSQUINHA, SABOR COCO-EMBALAGEM COM 400 GRAMAS CATMAT 245803 (SIMILAR)	2.100	5,7200	12.012,00
5	BISCOITO DOCE, TIPO MARIA, PACOTE COM PROTETOR INTERNO, EMBALAGEM COM 400 GRAMAS CATMAT 232144 (SIMILAR)	2.280	4,7100	10.738,80
6	CANELA EM PO, PACOTE DE 100 G CATMAT 463872 (SIMILAR)	25	5,5200	138,00
7	CHIMIA DE UVA. INGREDIENTES: POLPA DE FRUTAS, AÇUCAR, GLICOSE DE MILHO, CONSISTENCIA CREMOSA, EMBALAGEM COM 1 KG CATMAT 462686 (SIMILAR)	8	10,8500	86,80
8	FARINHA DE MILHO MEDIA, ENRIQUECIDA COM ACIDO FOLICO E FERRO, PACOTE DE 1 KG CATMAT 459018(SIMILAR)	2.230	3,1600	7.046,80
9	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, ENRIQUECIDA COM ACIDO FOLICO E FERRO, PACOTE DE 1 KG CATMAT 460263((SIMILAR)	700	3,6700	2.569,00
10	FEIJAO PRETO TIPO 1, EMBALAGEM PLASTICA COM PESO LIQUIDO DE 1KG REEMBALADO EM FARDO RESISTENTE CATMAT 472894 (SIMILAR)	3.600	5,7500	20.700,00
11	FERMENTO BIOLOGICO UMIDO, TABLETE COM 500 GRAMAS CATMAT 459591 (SIMILAR)	8	11,7000	93,60
12	FERMENTO QUIMICO EM PO, EMBALAGEM COM 100 GRAMAS. INGREDIENTES: AMIDO DE MILHO OU FECULA DE MANDIOCA, FOSFATO MONOCALCIO, BICARBONATO DE SODIO E CARBONATO DE CALCIO. CATMAT 459586 (SIMILAR)	845	2,7800	2.349,10
13	LEITE EM PO INTEGRAL, INSTANTANEO, EMBALAGEM DE 400 GRAMAS, VALOR CALORICO TOTAL MINIMO 490 KCAL/100 GRAMAS CATMAT 446019 (SIMILAR)	1.370	14,1500	19.385,50
14	LENTILHA TIPO 1, EMBALAGEM PLASTICA, PESO LIQUIDO 500 GRAMAS, EMBALADO EM FARDO RESISTENTE CATMAT 217198 (SIMILAR)	1.300	6,7500	8.775,00
15	MASSA ALIMENTICIA COM OVOS, TIPO ESPAGUETE, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS CATMAT 458953 (SIMILAR)	700	2,8900	2.023,00
16	MASSA ALIMENTICIA COM OVOS, TIPO PARAFUSO, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS CATMAT 458980 (SIMILAR)	2.900	2,6500	7.685,00

17	MASSA ALIMENTICIA COM OVOS, TIPO PENNE, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS CATMAT 458981 (SIMILAR)	1.700	3,6800	6.256,00
18	MILHO PIPOCA, CLASSE AMARELA, TIPO 1, PACOTE COM 500 G CATMAT 462122 (SIMILAR)	150	3,4000	510,00
19	SAL IODADO REFINADO, EMBALAGEM COM 1KG, REEMBALADO EM FARDOS RESISTENTE CATMAT 461092 (SIMILAR)	620	1,4900	923,80
20	SUCO CONCENTRADO, 100% PURO E NATURAL, SABOR LARANJA, SEM AROMA OU CORANTE ARTIFICIAL COM DILUICAO 1 X 8 (LITRO DE AGUA CONCENTRADO PRA 8 LITROS DE AGUA), EM EMBALAGEM DE 1 LITRO. CATMAT 464749 (SIMILAR)	525	14,9100	7.827,75
21	SUCO CONCENTRADO, 100% PURO E NATURAL, SABOR UVA, SEM AROMA OU CORANTE ARTIFICIAL COM DILUICAO 1 X 8 (1 LITRO CONCENTRADO PARA 8 LITROS DE AGUA), EM EMBALAGEM DE 1 LITRO. CATMAT 486400 (SIMILAR)	530	13,8300	7.329,90
22	VINAGRE DE MAÇA, EMBALAGEM COM 750 ML CATMAT 340581 (SIMILAR)	50	3,6200	181,00
23	DOCE DE LEITE EMBALADO EM POTE PLASTICO DURO, COM 1 KG, PODENDO SER CONSERVADO FORA DA REFRIGERAÇÃO ANTES DE ABERTA A EMBALAGEM PRAZO DE VALIDADE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. CATMAT 462601 (SIMILAR)	320	14,8400	4.748,80
24	LEITE EM PO INTEGRAL, INSTANTANEO. INGREDIENTES: LEITE EM PO INTEGRAL INSTANTANEO E LECITINA DE SOJA.COMPOSIÇÃO FISICO-QUIMICA APROXIMADA DE 100 GRAMAS. PROTEINA 26%, GORDURA MINIMA 26%, LACTOSE MINIMA 38%, SOLUBILIDADE MINIMA 98%, RESIDO MINERAL FIXO MAXIMO 6 %, ACIDEZ MAXIMA 0,16%, FIBRA ALIMENTAR, VALOR CALORICO 490 CAL/100G, EMBALAGEM ALUMINIZADA CAPACIDADE DE 1 KG C/REGISTRO DO PRODUTO DO MIN. DA AGRICULTURA E SIF, TRAZENDO TAMBEM A DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE(QUE NAO DEVERA SER INFERIOR A 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA) BEM COMO INSTRUÇÕES DE PREPARO E CONSERVAÇÃO CATMAT 446019 (SIMILAR).	2.610	28,0500	73.210,50
25	SUCO CONCENTRADO, 100% PURO E NATURAL, SABOR ABACAXI, SEM AROMA OU CORANTE ARTIFICIAL COM DILUICAO 1 X 8 (LITRO DE AGUA CONCENTRADO PRA 8 LITROS DE AGUA), EM EMBALAGEM DE 1 LITRO. CATMAT 464752 (SIMILAR)	25	10,8400	271,00
26	CAFE SOLUVEL GRANULADO, EMBALAGEM DE 100 GRAMAS. COM SELO DE PUREZA DA ABIC CATMAT 463565 (SIMILAR)	345	12,5200	4.319,40
27	CHA PRETO, CAIXA COM 10 SACHES CATMAT 233885 (SIMILAR)	265	2,5900	686,35
28	AVEIA EM FLOCOS FINOS, PACOTE COM 500 G CATMAT 460501 (SIMILAR)	130	5,6800	738,40
29	LEITE CONDENSADO EM CAIXA MULTILAMINADA CARTONADA, EMBALAGEM DE 395 GRAMAS CATMAT 312777 (SIMILAR)	200	5,1700	1.034,00

30	SAGU DE MANDIOCA, TIPO 1, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS CATMAT 459084 (SIMILAR)	30	5,2900	158,70
31	MISTURA PARA BOLO, EMBALAGEM DE 450 GRAMAS - SABORES VARIADOS (LIMAO, LARANJA, CHOCOLATE, BAUNILHA, FUBA, COCO) CATMAT 396192 (SIMILAR)	110	4,7900	526,90
32	FILTRO DE PAPEL PARA CAFE TAMANHO 103 EM CAIXA DE PAPELÃO CONTENDO 30 FILTROS - CATMAT 380323 (SIMILAR)	550	3,8400	2.112,00
33	CHA SABOR MORANGO, CAIXA COM 10 SACHES CATMAT 402681 (SIMILAR)	290	2,7100	785,90
34	CHA SABOR MAÇA, CAIXA COM 10 SACHES CATMAT 258194 (SIMILAR)	310	2,6800	830,80
35	OVOS VERMELHOS, CAIXA COM 12 UNIDADES CATMAT 446623 (SIMILAR)	70	7,9900	559,30
36	AÇUCAR CRISTAL BRANCO, PACOTE COM 5KG, REEMBALADO EM FARDO RESISTENTE CATMAT 463988 (SIMILAR)	1.000	18,6700	18.670,00
37	CORTE DE FRANGO - COXA E SOBRECOXA, SEM DORSO E SEM TEMPERO (CONGELADOS) EMBALADO EM FILME PLASTICO, COM PESO LIQUIDO DE 1 KG, REEMBALADO EM CAIXA DE PAPELÃO. COM CERTIFICADO DE INSPEÇÃO CATMAT 447635 (SIMILAR)	1.200	9,5000	11.400,00
38	CORTE DE FRANGO - PEITO, SEM TEMPERO (CONGELADO) EMBALADO EM FILME PLASTICO, COM PESO LIQUIDO DE 1KG, REEMBALADO EM CAIXA DE PAPELÃO. COM CERTIFICADO DE INSPEÇÃO CATMAT 447594 (SIMILAR)	3.800	13,1800	50.084,00
39	SARDINHA, PESO LIQUIDO 125G, PESO DRENADO 84G, ACONDICIONADO EM OLEO VEGETAL COMESTIVEL, LATAS INTEGRAS SEM AMASSADO E FERRUGEM, COM SELO DO MINISTERIO DA AGRICULTURA CONSTANTE NA EMBALAGEM CATMAT 449006 (SIMILAR)	2.420	4,4900	10.865,80
40	ACHOCOLATADO EM PO, PACOTE COM 1 KG CATMAT 463556 (SIMILAR)	250	8,2000	2.050,00
41	FERMENTO BIOLOGICO UMIDO, EMBALADO A VACUO, PACOTE COM 500 GRAMAS CATMAT 481031 (SIMILAR)	400	19,5600	7.824,00
42	ERVA MATE, SEM AÇUCAR, EMBALADA À VACUO, EMBALAGEM COM 1 KG. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES CATMAT 233880 (SIMILAR)	70	11,6100	812,70
43	CANJICA DE MILHO, EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 GRAMAS. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES CATMAT 459076 (SIMILAR)	25	2,9700	74,25
44	AMENDOIM, EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 GRAMAS. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES CATMAT 464534 (SIMILAR)	102	6,3100	643,62
45	CHOCOLATE GRANULADO, EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 GRAMAS. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES CATMAT 471259 (SIMILAR)	25	9,2100	230,25
46	COCO RALADO DESIDRATADO, SEM AÇUCAR, EMBALAGEM COM 100 GRAMAS. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES CATMAT 225698 (SIMILAR)	65	3,5000	227,50
47	OLEO DE SOJA, EMBALAGEM COM 900 ML CATMAT 416665 (SIMILAR)	2.250	5,9000	13.275,00
48	BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACKER, PACOTE COM PROTETOR INTERNO, EMBALAGEM COM 400 GRAMAS CATMAT 232930 (SIMILAR)	1.330	4,1000	5.453,00

49	BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACKER INTEGRAL, PACOTE COM PROTETOR INTERNO, EMBALAGEM COM 400 GRAMAS CATMAT 460235 (SIMILAR)	350	5,5700	1.949,50
50	MARGARINA VEGETAL EXTRA - CREMOSA COM SAL, ISENTA DE GORDURA TRANS, ROTULAGEM NUTRICIONAL OBRIGATORIA - POTE DE 500G CATMAT 463699 (SIMILAR)	40	5,6300	225,20
51	SUCO DE UVA INTEGRAL, NATURAL, SEM ADICAO DE AGUA, CONSERVANTES E ADITIVOS. EMBALAGEM DE 1 LITRO CATMAT 438786 (SIMILAR)	330	8,7000	2.871,00
52	CAFE TORRADO E MOIDO, EMBALADO A VACUO, PACOTE COM 500 GRAMAS, REEMBALADO EM EMBALAGEM RESISTENTE, COM SELO DE PUREZA ABIC CATMAT 606524 (SIMILAR)	2.120	11,7700	24.952,40
53	AÇUCAR CRISTAL, EMBALAGEM COM 2KG - CATMAT 603269 (SIMILAR)	1.675	7,9200	13.266,00
54	BISCOITO DOCE SORTIDO, EMBALAGEM COM 400 GRAMAS CATMAT 232143 (SIMILAR)	3.500	4,9100	17.185,00
55	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, PACOTE COM 5 KG, REEMBALADO EM FARDOS RESISTENTE COM 25 KG CATMAT 465332 (SIMILAR)	540	16,4900	8.904,60
56	CREME DE LEITE- EMBALAGEM 300 GR CATMAT 446532 (SIMILAR)	190	8,7500	1.662,50
57	LEITE DE COCO, GARRAFA 200 ML CATMAT 464010 (SIMILAR)	70	3,4600	242,20
58	OREGANO, EMBALAGEM 10 G - CATMAT 463914 (SIMILAR)	10	4,9000	49,00
59	ATUM SOLIDO AO OLEO, EMBALAGEM 170 G CATMAT 223082 (SIMILAR)	115	6,2600	719,90
60	MAIONESE, FRASCO PLASTICO ATOXICO, 500 G CATMAT 326927 (SIMILAR)	65	5,5500	360,75
61	EXTRATO DE TOMATE SIMPLES, CONCENTRADO, LATA 340 G CATMAT 459670 (SIMILAR)	1.100	3,4100	3.751,00
62	CHOCOLATE EM PO, 50% DE CACAU, EM PACOTE DE 200 GR CATMAT 463547 (SIMILAR)	1.040	6,8400	7.113,60
63	CARNE BOVINA DE 1ª MOIDA, CONGELADA, MAXIMO 5% DE GORDURA, SEM COAGULO SANGUINEO, CARTILAGENS, FACEAS MUSCULARES DE TENDÕES, EMBALADA EM FILME PLASTICO, COM PESO LIQUIDO DE 1 KG, REEMBALADA EM EMBALAGEM RESISTENTE. COM CERTIFICADO DE INSPEÇÃO CATMAT 447384 (SIMILAR)	2.000	30,5000	61.000,00
64	ARROZ TIPO 1, LONGO FINO, PACOTE COM 5KG - REEMBALADO EM FARDOS RESISTENTE CATMAT 472895 (SIMILAR)	2.350	20,1900	47.446,50
65	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, ACONDICIONADA EM COPO DE 200 ML LACRADO - <b>CAIXA COM 48 UNIDADES</b> - CATMAT 445485 (SIMILAR)	1.200	27,6500	33.180,00
66	BISCOITO SALGADO INDIVIDUALIZADO, EMBALAGEM 144G CATMAT 353195 (SIMILAR)	665	3,7600	2.500,40
67	PROTEINA TEXTURIZADA DE SOJA, EM FLOCOS, DESIDRATADA - PCTE 500GR - CATMAT 457279 (SIMILAR)	10	10,8400	108,40
68	QUEIJO RALADO, EMBALAGEM TETRAPACK COM CONSERVANTE ÁCIDO ASCÓRBICO PACOTE 100GR - CATMAT 225847 (SIMILAR)	10	8,8900	88,90

69	CONDIMENTO LOURO FOLHA - PACOTE 10 GR - CATMAT 463904 (SIMILAR)	10	2,7600	27,60
70	SUCO DE UVA CONCENTRADO, SEM AÇÚCAR, RENDIMENTO 4,5 A 5 LITROS - GARRAFA 500ML- CATMAT 332642 (SIMILAR)	100	5,8300	583,00
71	SUCO DE MARACUJÁ CONCENTRADO, SEM AÇÚCAR, RENDIMENTO 4,5 A 5 LITROS - GARRAFA 500ML- CATMAT 464751 (SIMILAR)	100	7,0400	704,00
72	SUCO DE LARANJA CONCENTRADO, SEM AÇÚCAR, RENDIMENTO 4,5 A 5 LITROS - GARRAFA 500ML- CATMAT 464749 (SIMILAR)	100	7,6200	762,00
73	PÓ PARA REFRESCO, SABORES DIVERSOS, PACOTE 18 GRAMAS CATMAT 396125 (SIMILAR)	50	0,8100	40,50
74	ADOCANTE DIETETICO LIQUIDO, EMBALAGEM 100 ML CATMAT 353156 (SIMILAR)	10	3,4500	34,50
75	AÇÚCAR TIPO MASCAVO, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS - CATMAT 463993 (SIMILAR)	10	6,6200	66,20
76	VINAGRE, VINHO TINTO, NEUTRO, ACIDEZ 4 PER, FRASCO 500 ML - CATMAT 249817 (SIMILAR)	10	3,9300	39,30
77	AMIDO A BASE DE MANDIOCA, POLVILHO DOCE, EMBALAGEM 500 GRAMAS - CATMAT 462474 (SIMILAR)	10	3,9500	39,50
78	AMIDO A BASE DE MANDIOCA, POLVILHO AZEDO, EMBALAGEM 500 GRAMAS - CATMAT 481086 (SIMILAR)	10	5,0000	50,00
79	QUEIJO MUÇARELA, FATIADO, INTERFOLHADO - CATMAT 446636 (SIMILAR)	10	33,9400	339,40
80	CHOCOLATE PRETO, AO LEITE, GOTAS DE CHOCOLATE, 1KG - CATMAT 467317 (SIMILAR)	10	25,3000	253,00
81	MANTEIGA, SEM SAL, MATURADA, TIPO EXTRA, TABLETE 200 GRAMAS - CATMAT 446398 (SIMILAR)	10	9,1400	91,40
82	VINAGRE DE ÁLCOOL DE CANA DE AÇÚCAR, NEUTRO, ACIDEZ 4,20 PER, FRASCO COM 500 ML - CATMAT (217096)	10	1,7900	17,90

ANEXO III  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024  
(90019/2024 Compras.gov.br)  
MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

Empresa:

Endereço:

CNPJ:

Fone/e-mail:

item	Unidade	Cód prod.	Descrição	Quant	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	KG	1426	AÇUCAR REFINADO, EMBALAGEM COM 1 KG CATMAT 463999 (SIMILAR)	265			
2	KG	1429	AMIDO DE MILHO, EMBALAGEM COM 01 KG CATMAT 459077 (SIMILAR)	240			
3	PCT	1430	ARROZ BRANCO, SUBGRUPO POLIDO, TIPO 1, CLASSE LONGO FINO, PACOTE DE 2 KG CATMAT 472895 (SIMILAR)	500			
4	PCT	1439	BISCOITO DOCE, TIPO ROSQUINHA, SABOR COCO-EMBALAGEM COM 400 GRAMAS CATMAT 245803 (SIMILAR)	2.100			
5	PCT	1441	BISCOITO DOCE, TIPO MARIA, PACOTE COM PROTETOR INTERNO, EMBALAGEM COM 400 GRAMAS CATMAT 232144 (SIMILAR)	2.280			
6	PCT	1452	CANELA EM PO, PACOTE DE 100 G CATMAT 463872 (SIMILAR)	25			
7	KG	1468	CHIMIA DE UVA. INGREDIENTES: POLPA DE FRUTAS, AÇUCAR, GLICOSE DE MILHO, CONSISTENCIA CREMOSA, EMBALAGEM COM 1 KG CATMAT 462686 (SIMILAR)	8			
8	KG	1479	FARINHA DE MILHO MEDIA, ENRIQUECIDA COM ACIDO FOLICO E FERRO, PACOTE DE 1 KG CATMAT 459018(SIMILAR)	2.230			
9	PCT	1482	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, ENRIQUECIDA COM ACIDO FOLICO E FERRO, PACOTE DE 1 KG CATMAT 460263((SIMILAR)	700			

10	KG	1487	FEIJAO PRETO TIPO 1, EMBALAGEM PLASTICA COM PESO LIQUIDO DE 1KG REEMBALADO EM FARDO RESISTENTE CATMAT 472894 (SIMILAR)	3.600			
11	EMB	1488	FERMENTO BIOLOGICO UMIDO, TABLETE COM 500 GRAMAS CATMAT 459591 (SIMILAR)	8			
12	UN	1492	FERMENTO QUIMICO EM PO, EMBALAGEM COM 100 GRAMAS. INGREDIENTES: AMIDO DE MILHO OU FECULA DE MANDIOCA, FOSFATO MONOCALCIO, BICARBONATO DE SODIO E CARBONATO DE CALCIO. CATMAT 459586 (SIMILAR)	845			
13	EMB	1499	LEITE EM PO INTEGRAL, INSTANTANEO, EMBALAGEM DE 400 GRAMAS, VALOR CALORICO TOTAL MINIMO 490 KCAL/100 GRAMAS CATMAT 446019 (SIMILAR)	1.370			
14	PCT	1505	LENTILHA TIPO 1, EMBALAGEM PLASTICA, PESO LIQUIDO 500 GRAMAS, EMBALADO EM FARDO RESISTENTE CATMAT 217198 (SIMILAR)	1.300			
15	PCT	1508	MASSA ALIMENTICIA COM OVOS, TIPO ESPAGUETE, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS CATMAT 458953 (SIMILAR)	700			
16	PCT	1511	MASSA ALIMENTICIA COM OVOS, TIPO PARAFUSO, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS CATMAT 458980 (SIMILAR)	2.900			
17	PCT	1513	MASSA ALIMENTICIA COM OVOS, TIPO PENNE, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS CATMAT 458981 (SIMILAR)	1.700			
18	PCT	1522	MILHO PIPOCA, CLASSE AMARELA, TIPO 1, PACOTE COM 500 G CATMAT 462122 (SIMILAR)	150			
19	KG	1539	SAL IODADO REFINADO, EMBALAGEM COM 1KG, REEMBALADO EM FARDO RESISTENTE CATMAT 461092 (SIMILAR)	620			
20	L	1553	SUCO CONCENTRADO, 100% PURO E NATURAL, SABOR LARANJA, SEM AROMA OU CORANTE ARTIFICIAL COM DILUICAO 1 X 8 (LITRO DE AGUA CONCENTRADO PRA 8 LITROS	525			

			DE AGUA), EM EMBALAGEM DE 1 LITRO. CATMAT 464749 (SIMILAR)				
21	L	1555	SUCO CONCENTRADO, 100% PURO E NATURAL, SABOR UVA, SEM AROMA OU CORANTE ARTIFICIAL COM DILUICAO 1 X 8 (1 LITRO CONCENTRADO PARA 8 LITROS DE AGUA), EM EMBALAGEM DE 1 LITRO. CATMAT 486400 (SIMILAR)	530			
22	UN	1562	VINAGRE DE MAÇA, EMBALAGEM COM 750 ML CATMAT 340581 (SIMILAR)	50			
23	KG	8821	DOCE DE LEITE EMBALADO EM POTE PLASTICO DURO, COM 1 KG, PODENDO SER CONSERVADO FORA DA REFRIGERAÇÃO ANTES DE ABERTA A EMBALAGEM PRAZO DE VALIDADE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. CATMAT 462601 (SIMILAR)	320			
24	KG	9681	LEITE EM PO INTEGRAL, INSTANTANEO. INGREDIENTES: LEITE EM PO INTEGRAL INSTANTANEO E LECITINA DE SOJA.COMPOSIÇÃO FÍSICO-QUÍMICA APROXIMADA DE 100 GRAMAS. PROTEÍNA 26%, GORDURA MÍNIMA 26%, LACTOSE MÍNIMA 38%, SOLUBILIDADE MÍNIMA 98%, RESÍDUO MINERAL FIXO MÁXIMO 6 %, ACIDEZ MÁXIMA 0,16%, FIBRA ALIMENTAR, VALOR CALÓRICO 490 CAL/100G, EMBALAGEM ALUMINIZADA CAPACIDADE DE 1 KG C/REGISTRO DO PRODUTO DO MIN. DA AGRICULTURA E SIF, TRAZENDO TAMBÉM A DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE(QUE NÃO DEVERA SER INFERIOR A 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA) BEM COMO INSTRUÇÕES DE PREPARO E CONSERVAÇÃO CATMAT 446019 (SIMILAR).	2.610			
25	L	9722	SUCO CONCENTRADO, 100% PURO E NATURAL, SABOR ABACAXI, SEM AROMA OU CORANTE ARTIFICIAL COM DILUICAO 1 X 8 (LITRO DE AGUA CONCENTRADO PRA 8 LITROS DE AGUA), EM EMBALAGEM DE 1 LITRO. CATMAT 464752 (SIMILAR)	25			
26	PCT	9757	CAFE SOLUVEL GRANULADO, EMBALAGEM DE 100 GRAMAS. COM SELO DE PUREZA DA ABIC CATMAT 463568 (SIMILAR)	345			

27	CX	13887	CHA PRETO, CAIXA COM 10 SACHES CATMAT 233885 (SIMILAR)	265			
28	PCT	16693	AVEIA EM FLOCOS FINOS, PACOTE COM 500 G CATMAT 460501 (SIMILAR)	130			
29	UN	17958	LEITE CONDENSADO EM CAIXA MULTILAMINADA CARTONADA, EMBALAGEM DE 395 GRAMAS CATMAT 312777 (SIMILAR)	200			
30	PCT	17959	SAGU DE MANDIOCA, TIPO 1, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS CATMAT 459084 (SIMILAR)	30			
31	UN	17961	MISTURA PARA BOLO, EMBALAGEM DE 450 GRAMAS - SABORES VARIADOS (LIMAO, LARANJA, CHOCOLATE, BAUNILHA, FUBA, COCO) CATMAT 396192 (SIMILAR)	110			
32	CX	17962	FILTRO DE PAPEL PARA CAFE TAMANHO 103 EM CAIXA DE PAPELÃO CONTENDO 30 FILTROS - CATMAT 380323 (SIMILAR)	550			
33	CX	17963	CHA SABOR MORANGO, CAIXA COM 10 SACHES CATMAT 402681 (SIMILAR)	290			
34	CX	17964	CHA SABOR MAÇA, CAIXA COM 10 SACHES CATMAT 258194 (SIMILAR)	310			
35	DZ	22181	OVOS VERMELHOS, CAIXA COM 12 UNIDADES CATMAT 446623 (SIMILAR)	70			
36	PCT	22203	AÇUCAR CRISTAL BRANCO, PACOTE COM 5KG, REEMBALADO EM FARDOS RESISTENTE CATMAT 463988 (SIMILAR)	1.000			
37	KG	22204	CORTE DE FRANGO - COXA E SOBRECOXA, SEM DORSO E SEM TEMPERO (CONGELADOS) EMBALADO EM FILME PLÁSTICO, COM PESO LÍQUIDO DE 1 KG, REEMBALADO EM CAIXA DE PAPELÃO. COM CERTIFICADO DE INSPEÇÃO CATMAT 447635 (SIMILAR)	1.200			
38	KG	22205	CORTE DE FRANGO - PEITO, SEM TEMPERO (CONGELADO) EMBALADO EM FILME PLÁSTICO, COM PESO LÍQUIDO DE 1KG, REEMBALADO EM CAIXA DE PAPELÃO. COM CERTIFICADO DE INSPEÇÃO CATMAT 447594 (SIMILAR)	3.800			

39	LT	22206	SARDINHA, PESO LIQUIDO 125G, PESO DRENADO 84G, ACONDICIONADO EM OLEO VEGETAL COMESTIVEL, LATAS INTEGRAS SEM AMASSADO E FERRUGEM, COM SELO DO MINISTERIO DA AGRICULTURA CONSTANTE NA EMBALAGEM CATMAT 449006 (SIMILAR)	2.420			
40	KG	24391	ACHOCOLATADO EM PO, PACOTE COM 1 KG CATMAT 463556 (SIMILAR)	250			
41	PCT	24573	FERMENTO BIOLOGICO UMIDO, EMBALADO A VACUO, PACOTE COM 500 GRAMAS CATMAT 481031 (SIMILAR)	400			
42	UN	24641	ERVA MATE, SEM AÇUCAR, EMBALADA À VACUO, EMBALAGEM COM 1 KG. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES CATMAT 233880 (SIMILAR)	70			
43	EMB	24642	CANJICA DE MILHO, EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 GRAMAS. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES CATMAT 459076 (SIMILAR)	25			
44	EMB	24643	AMENDOIM, EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 GRAMAS. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES CATMAT 464534 (SIMILAR)	102			
45	EMB	24644	CHOCOLATE GRANULADO, EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 500 GRAMAS. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES CATMAT 471259 (SIMILAR)	25			
46	EMB	24645	COCO RALADO DESIDRATADO, SEM AÇUCAR, EMBALAGEM COM 100 GRAMAS. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES CATMAT 225698 (SIMILAR)	65			
47	EMB	24646	OLEO DE SOJA, EMBALAGEM COM 900 ML CATMAT 416665 (SIMILAR)	2.250			
48	PCT	26324	BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACKER, PACOTE COM PROTETOR INTERNO, EMBALAGEM COM 400 GRAMAS CATMAT 232930 (SIMILAR)	1.330			
49	PCT	26327	BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACKER INTEGRAL, PACOTE COM PROTETOR INTERNO, EMBALAGEM COM 400 GRAMAS CATMAT 460235 (SIMILAR)	350			
50	POT	26331	MARGARINA VEGETAL EXTRA - CREMOSA COM SAL, ISENTA DE GORDURA TRANS, ROTULAGEM	40			

			NUTRICIONAL OBRIGATORIA - POTE DE 500G CATMAT 463699 (SIMILAR)				
51	L	26334	SUCO DE UVA INTEGRAL, NATURAL, SEM ADICAO DE AGUA, CONSERVANTES E ADITIVOS. EMBALAGEM DE 1 LITRO CATMAT 438786 (SIMILAR)	330			
52	PCT	26336	CAFE TORRADO E MOIDO, EMBALADO A VACUO, PACOTE COM 500 GRAMAS, REEMBALADO EM EMBALAGEM RESISTENTE, COM SELO DE PUREZA ABIC CATMAT 606524 (SIMILAR)	2.120			
53	PCT	27222	AÇUCAR CRISTAL, EMBALAGEM COM 2KG - CATMAT 603269 (SIMILAR)	1.675			
54	PCT	27239	BISCOITO DOCE SORTIDO, EMBALAGEM COM 400 GRAMAS CATMAT 232143 (SIMILAR)	3.500			
55	PCT	27550	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, PACOTE COM 5 KG, REEMBALADO EM FARDO RESISTENTE COM 25 KG CATMAT 465332 (SIMILAR)	540			
56	EMB	27810	CREME DE LEITE- EMBALAGEM 300 GR CATMAT 446532 (SIMILAR)	190			
57	UN	27812	LEITE DE COCO, GARRAFA 200 ML CATMAT 464010 (SIMILAR)	70			
58	EMB	27813	OREGANO, EMBALGEM 10 G - CATMAT 463914 (SIMILAR)	10			
59	EMB	27814	ATUM SOLIDO AO OLEO, EMBALAGEM 170 G CATMAT 223082 (SIMILAR)	115			
60	FR	27815	MAIONESE, FRASCO PLASTICO ATOXICO, 500 G CATMAT 326927 (SIMILAR)	65			
61	LT	27917	EXTRATO DE TOMATE SIMPLES, CONCENTRADO, LATA 340 G CATMAT 459670 (SIMILAR)	1.100			
62	PCT	28465	CHOCOLATE EM PO, 50% DE CACAU, EM PACOTE DE 200 GR CATMAT 463547 (SIMILAR)	1.040			
63	KG	28466	CARNE BOVINA DE 1ª MOIDA, CONGELADA, MAXIMO 5% DE GORDURA, SEM COAGULO SANGUINEO, CARTILAGENS, FACEAS MUSCULARES DE TENDOES, EMBALADA EM FILME	2.000			

			PLASTICO, COM PESO LIQUIDO DE 1 KG, REEMBALADA EM EMBALAGEM RESISTENTE. COM CERTIFICADO DE INSPEÇÃO CATMAT 447384 (SIMILAR)				
64	PCT	31564	ARROZ TIPO 1, LONGO FINO, PACOTE COM 5KG - REEMBALADO EM FARDO RESISTENTE CATMAT 472895 (SIMILAR)	2.350			
65	CX	32697	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, ACONDICIONADA EM COPO DE 200 ML LACRADO - CAIXA COM 48 UNIDADES - CATMAT 445485 (SIMILAR)	1.200			
66	EMB	33478	BISCOITO SALGADO INDIVIDUALIZADO, EMBALAGEM 144G CATMAT 353195 (SIMILAR)	665			
67	PCT	40149	PROTEINA TEXTURIZADA DE SOJA, EM FLOCOS, DESIDRATADA – PCTE 500GR - CATMAT 457279 (SIMILAR)	10			
68	PCT	40150	QUEIJO RALADO, EMBALAGEM TETRAPACK COM CONSERVANTE ÁCIDO ASCÓRBICO PACOTE 100GR - CATMAT 225847 (SIMILAR)	10			
69	UN	40152	CONDIMENTO LOURO FOLHA - PACOTE 10 GR - CATMAT 463904 (SIMILAR)	10			
70	UN	40175	SUCO DE UVA CONCENTRADO, SEM AÇUCAR, RENDIMENTO 4,5 A 5 LITROS - GARRAFA 500ML- CATMAT 332642 (SIMILAR)	100			
71	UN	40176	SUCO DE MARACUJÁ CONCENTRADO, SEM AÇUCAR, RENDIMENTO 4,5 A 5 LITROS - GARRAFA 500ML- CATMAT 464751 (SIMILAR)	100			
72	UN	40177	SUCO DE LARANJA CONCENTRADO, SEM AÇUCAR, RENDIMENTO 4,5 A 5 LITROS - GARRAFA 500ML- CATMAT 464749 (SIMILAR)	100			
73	PCT	40335	PÓ PARA REFRESCO, SABORES DIVERSOS, PACOTE 18 GRAMAS CATMAT 396125 (SIMILAR)	50			
74	EMB	40336	ADOCANTE DIETETICO LIQUIDO, EMBALAGEM 100 ML CATMAT 353156 (SIMILAR)	10			
75	UN	40384	AÇÚCAR TIPO MASCAVO, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS - CATMAT 463993 (SIMILAR)	10			

76	UN	40385	VINAGRE, VINHO TINTO, NEUTRO, ACIDEZ 4 PER, FRASCO 500 ML - CATMAT 249817 (SIMILAR)	10			
77	UN	40386	AMIDO A BASE DE MANDIOCA, POLVILHO DOCE, EMBALAGEM 500 GRAMAS - CATMAT 462474 (SIMILAR)	10			
78	UN	40387	AMIDO A BASE DE MANDIOCA, POLVILHO AZEDO, EMBALAGEM 500 GRAMAS - CATMAT 481086 (SIMILAR)	10			
79	KG	40388	QUEIJO MUÇARELA, FATIADO, INTERFOLHADO - CATMAT 446636 (SIMILAR)	10			
80	UN	40390	CHOCOLATE PRETO, AO LEITE, GOTAS DE CHOCOLATE, 1KG - CATMAT 467317 (SIMILAR)	10			
81	UN	40391	MANTEIGA, SEM SAL, MATURADA, TIPO EXTRA, TABLETE 200 GRAMAS - CATMAT 446398 (SIMILAR)	10			
82	UN	40392	VINAGRE DE ÁLCOOL DE CANA DE AÇÚCAR, NEUTRO, ACIDEZ 4,20 PER, FRASCO COM 500 ML - CATMAT (217096)	10			

a) Declaramos que concordamos integralmente com as condições estipuladas na presente licitação e, que se vencedor deste certame, nos submeteremos ao cumprimento de seus termos.

b) A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de recebimento das propostas, conforme estipulado no Edital.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura (Representante Legal)  
CPF  
RG